

Uma banda sonora para o filme mudo da história: Memórias de um viandante

Rui Vieira Nery

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Fundação Calouste Gulbenkian

PRÉMIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA
UNIVERSITY OF COIMBRA AWARD

MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, caro Professor João Gabriel Silva; Senhor Presidente do Conselho Geral da Universidade, meu caro amigo e colega Professor João Caraça; distintas autoridades académicas, civis, militares e religiosas; senhoras e senhores professores, alunos e funcionários; ilustres convidados; minhas senhoras e meus senhores: em boa verdade, esta minha intervenção poderia reduzir-se a um profundo agradecimento à Universidade de Coimbra e ao júri pela atribuição tão honrosa do Prémio Universidade de Coimbra de 2018. Dizia Winston Churchill, a propósito das condecorações, como frequentemente se cita em ocasiões como esta, que elas «não se pedem, não se recusam e não se agradecem», mas, com a devida vénia, prefiro contrapor a este recato britânico, de algum puritanismo vitoriano, a sabedoria e a franqueza bem latinas do nosso velho ditado popular: «quem não se sente, não é filho de boa gente». Por isso mesmo, não poderia aqui deixar de vos dar público testemunho do turbilhão de sentimentos que me despertou e desperta este galardão: num primeiro momento, surpresa, alegria e orgulho, claro, mas, logo em seguida, humildade e sentido de responsabilidade acrescida, e em todos os momentos, sobretudo, gratidão – essa gratidão que um humanista escocês do século XVII, Burnathus,¹ considerava, nas suas *Dissertações éticas*, de 1649, como «a mãe de todas as virtudes – *omnium virtutum mater* –, do mesmo modo que a ingratidão o é de todos os vícios». O mesmo Burnathus dizia, parafraseando S. Tomás de Aquino, ainda que «onde é maior a graça de quem dá, assim se

¹ Gilbertus BURNATHUS [= Gilbert Burnet], *Ethicae dissertationes* (Lyon, Joannis Maire, 1649), p. 587.

exige de quem a recebe maior gratidão – *gratitudo major requiritur recipientis*».² E este Prémio da Universidade de Coimbra constitui, por certo, um dom maior, simultaneamente por quem o concede e por quem já o recebeu nas suas edições anteriores.

De quem o atribui, a Universidade de Coimbra, que se poderá dizer que não seja que é a casa-mãe, a *alma mater*, de toda a academia portuguesa? Que ao longo dos séculos – e hoje celebram-se os seus 728 anos de missão contínua – foi o baluarte de uma presença portuguesa activa e de excelência na linha da frente do pensamento científico e cultural do ocidente? E que todos nós, universitários portugueses, somos, de algum modo, seus filhos e seus discípulos? Ao que haveria que acrescentar o reconhecimento do seu empenho multissecular nas causas mais nobres da liberdade, desde o heroísmo dos Batalhões Académicos nas guerras liberais e na proclamação e defesa da República ao pensamento visionário da Geração de 70 ou à determinação, à coragem e à generosidade do movimento estudantil na oposição democrática à ditadura, nos anos 60 do século passado. A escola em que me doutorei, a Universidade do Texas em Austin – perdoe-se-me a referência, neste contexto, a uma jovem escola com pouco mais de 130 anos –, adoptou como lema uma citação da *Bíblia* do Rei Jaime: «Ye shall know the truth and the truth shall make ye free» – «sabereis a verdade e a verdade tornar-vos-á livres». Uma vez directamente, como instituição, outras de forma indirecta, como espaço de rebelião contra os poderes instituídos, *inclusive*, ocasionalmente, o poder do seu próprio aparelho institucional, a Universidade de Coimbra soube sempre encarnar, também ela, no decurso da sua longa história, esta defesa simultânea dos valores, tão essenciais como indissociáveis, do rigor do pensamento e da sua liberdade. A autoridade moral que lhe advém deste compromisso constante com o conhecimento e com a cidadania confere a todos os seus actos académicos uma relevância indiscutível e indiscutida, e por isso mesmo o Prémio Universidade de Coimbra se reveste, também ele, de especial prestígio.

Em catorze edições deste galardão, os seus dezasseis premiados, nas mais variadas áreas do conhecimento, desde as ciências às humanidades, e das tecnologias às artes, são precisamente o melhor testemunho da coerência com esses mesmos valores nos seus percursos individuais, tão distintos entre si, mas tão consonantes na prossecução de um mesmo patamar de excelência. Não podendo referi-los um a um, seja-me permitido homenageá-los a todos evocando apenas, a título exemplificativo mas com especial reverência, tendo em conta o que é ainda hoje a situação de grave desigualdade de género no nosso país, as três mulheres extraordinárias que já o receberam: Maria Helena da Rocha Pereira, que nos ajudou como poucos a compreender melhor o legado literário e filosófico – mas principalmente ético e cívico – da antiguidade clássica; Maria de Sousa, investigadora e pedagoga excepcional que lançou as bases da moderna investigação avançada nas ciências médicas em Portugal; e, por último, Madalena Vitorino, cuja obra de coreógrafa tem

² BURNATHUS, *Ethicae dissertationes* (ver nota 1), p. 577.

simultaneamente desbravado novos horizontes estéticos no campo da dança e afirmado o papel insubstituível do acesso às práticas artísticas na própria cidadania democrática. Mas não poderia igualmente deixar de sublinhar o facto de que esse último prémio, de 2017, é apenas o mais recente de uma série de atribuições no campo das artes e letras em todas as suas vertentes, como as que contemplaram Luís Miguel Cintra, Julião Sarmento, Pedro Costa, Almeida Faria ou António Pinho Vargas, o que deixa bem evidente a visão lúcida da Universidade de Coimbra no que respeita ao reconhecimento do lugar da criação artística e literária, bem como dos estudos que sobre ela recaem, como um pilar estrutural e estruturante do conhecimento, no seu conjunto. Perante esta sequência de nomes maiores, só posso curvar-me com sincera humildade, como elo menor na mesma cadeia, pedindo, como na velha RTP a preto e branco da minha infância, «desculpas por esta interrupção» e garantindo que «o programa segue dentro de momentos».

Tendo-vos falado do prémio, deixem-me agora falar-vos brevemente do premiado, por certo quase desconhecido da maioria dos presentes, até porque, se me é permitido citar abusivamente o Papa Francisco, os membros do júri «foram buscar-me ao fim do mundo», aos campos remotos de uma disciplina obscura, a musicologia, que só nas últimas décadas se tem vindo a afirmar, passo a passo, como componente reconhecida, nos planos da pesquisa, da reflexão e da formação avançada, do cânone das ciências consagradas, esse *scientiae thesaurus mirabilis* – o «tesouro miraculoso da ciência» – a que aludia o nosso rei D. Dinis logo no início da sua carta fundadora da Universidade de Coimbra.

Nasci há sessenta anos em Lisboa, algures no patamar de encontro pequeno-burguês de uma família de vagas e longínquas pretensões aristocráticas, em pleno processo de mergulho social acelerado, com outra de origem operária, em lenta e gradual ascensão. Talvez daí me tenha ficado um certo desnorte social, uma mestiçagem de classe que não me enquadra muito bem em nenhuma das categorias tradicionais de uma sociedade tão arreigadamente classista como o é a portuguesa. E talvez daí, desse mesmo estatuto de viandante sem casa certa nem perfil pré-definido na cartilha dos estereótipos sociais – *ein Fremdling überall* – «um estranho em toda a parte», como no *Wanderer* da canção de Schubert –, me tenha igualmente derivado alguma dificuldade, se não mesmo incapacidade, para aderir, por mero mimetismo gregário ou simples automatismo pré-programado, ao maniqueísmo frequente das opções absolutas, quase sempre tão redutoras como precipitadas, entre continuidade e ruptura, entre tradição e inovação, entre teoria e prática, entre investigação de arquivo e construção de modelos interpretativos, entre património histórico e criação contemporânea, ou entre cultura erudita e cultura popular, e ainda menos para militar com fidelidade obediente e acrítica em qualquer corrente ou congregação organizada de pensamento e intervenção – *Ein Fremdling überall*.

Esta minha desconfiança face a leituras simplistas e imediatas de dados quantas vezes insuficientes, mal escolhidos e sobretudo mal entendidos no seu significado contextual efectivo, terá por certo ainda a ver com a minha formação posterior de historiador nos anos setenta, sob a plena

vigência da visão globalizante da «*nouvelle histoire*», dominada pela *longue durée* de Braudel, em que as pequenas contradições de momento, aparentemente tão detectáveis e tão radicais à superfície, se diluem afinal nas correntes subterrâneas de uma macro-história mais profunda. Mas, pelo seu lado, a minha subsequente imersão no pragmatismo prudente do sistema universitário norte-americano ter-me-á encorajado a moderar, em qualquer caso, a tentação das grandes narrativas e a permanecer, tanto quanto possível, num nível epistemológico por assim dizer intermédio, sempre iluminado por leituras globais e conceitos operatórios contextualizantes, mas balizado e filtrado, a cada momento, pela consciência da inevitável multiplicidade da realidade histórica concreta, avessa, por natureza, às generalizações apriorísticas forçadas. A história, como se diz do diabo, também está nos detalhes.

Tive a sorte de ter a presença constante da música na minha formação, e de ela me ser dada desde sempre numa enorme variedade de linguagens. O meu pai era um grande guitarrista de fado, a minha mãe uma melómana clássica furiosa, mas de gosto musical eclético, o que significou que eu tenha crescido a ouvir Maria Callas, Karajan e Rubinstein, mas também Amália Rodrigues, Maria Teresa de Noronha e Fernando Farinha, ou Edith Piaf, Nat King Cole e Dolores Duran, ao que haveria que acrescentar os discos de Pat Boone, Paul Anka e Françoise Hardy da minha irmã mais velha, já na fase das festas de adolescente, e desde muito cedo os de Zeca Afonso, Chico Buarque e Joan Baez que eu ia descobrindo. A sorte prosseguiu quando me inscreveram na Academia de Música de Santa Cecília e pude assim combinar, num mesmo horário lectivo, as aulas do *curriculum* normal com os estudos musicais, a um nível idêntico de prioridade. Tal como no meu ambiente familiar, a música continuou a ser para mim na escola uma componente natural do meu quotidiano e da minha aprendizagem global. Cruzava-se e dialogava com todos os outros campos de estudo, da história à literatura, da geografia à filosofia, e essa interação ficou-me até hoje como uma base do meu *habitus* intelectual. Desta minha experiência pessoal privilegiada me vem a convicção clara da necessidade de garantir a todos os alunos, no nosso sistema educativo, uma forte inclusão da música nos seus percursos curriculares, desde os níveis mais elementares, como parte essencial, por si mesma, de uma educação humanística integral e como um factor de impacto profundo em todos os demais aspectos dessa educação.

A passagem para o final do ensino secundário genérico e depois para a universidade, onde fiz a licenciatura em história da Faculdade de Letras de Lisboa – isto após uma breve passagem caótica pela Faculdade de Direito em pleno consulado surrealista do MRPP do Dr. Barroso, ainda na fase pré-Durão, pré-Comissão Europeia e pré-Goldmann Sachs, claro – obrigou-me, contudo, a ir frequentar em paralelo, pela primeira vez, o ensino musical numa outra escola, o Conservatório Nacional. E esta nova experiência de constante zigzague quotidiano entre diferentes locais de aprendizagem, a que não estava acostumado, poderia ter-me levado a optar por permanecer, por simples comodismo, no terreno da história geral moderna e contemporânea e a transformar a música num mero *hobby* complementar, como foi o caso de tantos outros colegas meus em situações

idênticas. Se isso não sucedeu, deveu-se ao facto de entretanto ter tido o privilégio de começar a estudar no Conservatório com um dos grandes pioneiros da musicologia em Portugal, Macario Santiago Kastner, a quem, por sinal, a Universidade de Coimbra, em boa hora, haveria de conceder mais tarde o doutoramento *honoris causa*.

Com Kastner aprendi as bases do ofício da musicologia – desde o conhecimento das fontes e da bibliografia de referência à paleografia musical e às técnicas de edição. Mas também me ensinou que a sensibilidade, o gosto e a intuição desenvolvidos na minha formação de músico prático podiam ser elementos fundamentais nesse estudo teórico, e principalmente que era possível olhar para a música como um sujeito eminentemente histórico, ligado em cada momento ao tempo, ao espaço e à sociedade que o envolvem por uma rede complexa de laços e de trocas. Foi ainda com ele, tanto pelo seu ensino como pelo seu exemplo, que compreendi assim que era possível atar as pontas aparentemente soltas dos meus vários percursos formativos num único perfil científico e profissional, que não havia necessariamente qualquer contradição em ser, ao mesmo tempo, um músico curioso de conhecer e aprofundar as raízes, os processos de mudança histórica e os contextos socioculturais da sua arte e um historiador que olha para a história da música como mais um campo historiográfico legítimo, tanto por si mesma como enquanto parcela integrante de uma história geral que se pretenda verdadeiramente global – e que tudo isso podia fazer de mim um musicólogo.

Olhando para trás, compreendo cada vez melhor o quanto o meu caminho como intelectual e académico deve às lições dos meus mestres, alguns ainda numa fase embrionária da minha aprendizagem, mas ainda assim decisivos para as opções de vida que mais tarde vim a tomar, outros já nas etapas mais avançadas, como modelos directos para este meu ofício último: na música, entre a Academia de Santa Cecília e o Conservatório Nacional, Melina Rebelo e Elisa Lamas, ou Constança Capdeville e Joly Braga Santos; no liceu, professores de português como Joaquim Lufinha e António Dias Miguel, ou de história como Adelina Novais e Maria Lucília Estanco; na Faculdade de Letras, figuras consagradas como Joaquim Barradas de Carvalho, António Borges Coelho ou Joel Serrão, mas também investigadores mais jovens como José Mariz Fernandes ou Jorge Custódio; na Universidade do Texas, por fim, o meu saudoso orientador de tese, Robert Snow, com quem aprendi a pensar a música sacra no quadro simbólico e funcional da liturgia, Gérard Béhague, que me fez descobrir os laços teóricos e metodológicos profundos entre a musicologia histórica e a etnomusicologia, Michael Tusa, que me deu a conhecer o universo da ópera do romantismo, ou Douglass Green e Elliot Antokoletz, que me despertaram para novos olhares sobre a música do século XX.

E se os enumero aqui é, por um lado, pelo mesmo imperativo ético de gratidão que já antes referi, mas também – e talvez até principalmente porque considero urgente combater o equívoco tremendo de alguma pedagogia da moda que faz hoje questão de desvalorizar até à caricatura o papel do professor na sala de aula, em nome de uma suposta virtude milagreira da navegação autodidáctica do

aluno pelos labirintos infinitos da internet. Sejam os claros: o acesso aberto ao manancial sem precedentes de fontes primárias e secundárias de que hoje dispomos através das novas tecnologias de informação constitui, sem qualquer dúvida, um auxiliar precioso da investigação e da reflexão científicas, abre horizontes entusiasmantes para o desenvolvimento dos nossos campos de trabalho e fornece ao aluno novos instrumentos de aprendizagem autónoma da maior utilidade; mas a capacidade de análise e de crítica heurística e hermenêutica das fontes originais, de desconstrução dos vários discursos e modelos interpretativos contraditórios sobre uma mesma matéria, de fundamentação e sequência lógica da construção e defesa de novas teses – a capacidade, afinal, de aprender a aprender e a produzir novo conhecimento –, essa aprende-se na experiência directa e insubstituível da interacção com o professor. Não há aprendizagem sem ensino, não há grandes discípulos sem grandes escolas, sem grandes lições, sem grandes mestres.

Recentemente, as exigências, sempre vorazes, da burocracia universitária obrigaram-me a contabilizar os meus cerca de quarenta anos de actividade científica. Dei-me assim conta de que nestas quatro décadas tinha publicado vinte e um livros como autor, dezoito como coordenador, setenta e quatro capítulos de livros, quarenta e sete entradas de dicionários e enciclopédias e vinte e sete artigos científicos, editados em oito línguas, para não contar com largas dezenas de textos episódicos de notas de programa para concertos e discos ou de artigos de opinião ocasionais espalhados por jornais e revistas; que proferi 106 conferências e sessenta e sete comunicações em Portugal, quarenta e duas conferências e vinte e uma comunicações no estrangeiro, designadamente na maioria das universidades portuguesas e nas de Oxford, Londres, Sorbonne, Complutense de Madrid, Varsóvia, Cracóvia, Poznán, Baeza, Granada, Salamanca, Rabat, Berkeley, Brown, Columbia, Georgetown, Johns Hopkins, Louisville, Massachusetts em Darmouth, Massachusetts em Lowell, Texas, Yale, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo; e, por fim, que tinha orientado três pós-doutoramentos, vinte e nove doutoramentos (incluindo os que estão em vias de conclusão) e treze mestrados, e participado em mais trinta e oito júris de doutoramento e dezoito de mestrado.

Estes números brutos – por mais que isso possa ofender os dogmas cegos dos devotos da seita da avaliação quantitativa, que, por sinal, tanto mal tem feito à investigação e à universidade – são obviamente, em boa parte irrelevantes por si próprios. Tenho plena consciência de que há neles muito de rotina universitária banal, ou pelo menos de mera difusão alargada de um núcleo duro limitado de investigação e reflexão de fundo que depois se desdobra, quando não mesmo se repete, em contextos específicos de ocasião, em versões mais ou menos requentadas. Contudo, se a partir deles, e com alguma distanciação, tentar identificar as linhas mestras do meu trabalho ao longo destes anos, talvez me atreva a sugerir, de qualquer modo, duas ou três vertentes que, apesar dessa circunstancialidade e dessa dispersão incontornáveis, lhe dão a unidade possível.

Entre estas, sem qualquer dúvida, está, em primeiro lugar, a de reclamar para a musicologia o seu lugar de cidadania científica efectiva no tecido das ciências sociais e humanas. Não como mero ornamento mais ou menos exótico, quando todo o modelo de leitura histórica e social está já construído, mas como parceiro de pleno direito no próprio processo de construção desse modelo, bebendo de todas as disciplinas irmãs para a abordagem interdisciplinar do seu objecto específico de estudo – a música –, mas capaz, por sua vez, de contribuir para a compreensão do objecto próprio de cada uma dessas outras disciplinas ao pôr em evidência e ajudar a compreender e enquadrar as práticas e representações musicais que fazem parte integrante de todas elas mas tendem a ser, enquanto tal, quase sempre ignoradas ou subvalorizadas. De algum modo, afinal, talvez possa dizer que o meu objectivo foi o de contribuir para a reconstrução, por assim dizer, de uma banda sonora virtual para o filme tradicionalmente mudo da narrativa historiográfica global. Lemos desde sempre a história nas suas fontes documentais, aprendemos com a «*nouvelle histoire*» a vê-la nos seus monumentos e nos seus suportes materiais, mas podemos também – e a meu ver devemos – procurar ouvi-la nas suas músicas – ouvir e dar a ouvir a história.

Por isso mesmo, por acreditar neste potencial do contributo da perspectiva musicológica para o conjunto das humanidades, mas também no ónus acrescido de rigor e profundidade que esse papel alargado lhe impõe, me recusei sempre, por outro lado, a resignar-me aos cânones positivistas tradicionais de uma musicologia medrosa, refugiada apenas nas rotinas seguras mas pobres da mera cronologia de eventos, da compilação de listas de obras e da transcrição de partituras, como fins em si mesmos, e sem coragem ou capacidade teórica para utilizar estes instrumentos de trabalho para interpelar, questionar e interpretar a informação assim reunida, procurando inseri-la em propostas problematizantes de leitura histórica que lhe possam dar um sentido mais amplo.

Procurei, em segundo lugar, olhar para essas práticas e representações musicais, em si mesmas, como um sistema integral, dinâmico e complexo, em que as várias identidades musicais individuais que o integram – as locais como as regionais, nacionais ou transnacionais, as eruditas como as populares, as formais como as informais – interagem sem disciplina nem regras aparentes, num jogo constante de conflitos, seduções e negociações estéticas e simbólicas que marcam indelevelmente o contínuo processo de mudança de cada uma. E, por último, considere sempre como um imperativo ético, cívico e – porque não? – político a partilha permanente dos resultados desse meu trabalho, não só com os meus pares, os meus alunos e a comunidade académica em geral, mas também com a sociedade, no seu todo, à qual temos todos nós, a cada momento, o dever moral de prestação de contas e de serviço público – sobretudo em tempo de pós-verdades, de crenças e negacionismos irracionais, do ressurgimento alarmante de medos, preconceitos e ódios ancestrais à margem de qualquer fundamentação ou debate objectivos, e da emergência assustadora de novas lideranças demagógicas que se baseiam precisamente no fosso artificial que procuram por todos os modos abrir entre os intelectuais e a sociedade.

Num plano mais amplo, que outros traços poderia revelar-vos que ajudem a definir-me como homem e como cidadão? O da minha fé de católico e dos valores da dignidade humana e da fraternidade que nela se fundamentam; o da minha postura de homem de esquerda e da solidariedade empenhada com as causas da justiça social e da igualdade que ela me impõe; o do meu apego aos princípios da liberdade, da tolerância, o respeito pela diferença e do diálogo democrático como condições da plena cidadania e daquele que a sabedoria profunda da Declaração de Independência norte-americana consagra como um dos direitos, garantias e liberdades fundamentais: o direito à prossecução da felicidade, o direito a tentar ser feliz.

Volto a Coimbra, para lembrar até que ponto a ligação a esta nossa universidade-mãe esteve sempre presente ao longo da minha carreira. Foi ainda com o meu mestre Santiago Kastner que comecei a trabalhar sobre os fundos musicais do Mosteiro de Santa Cruz que se guardam na Biblioteca Geral da Universidade e constituem um dos mais ricos espólios da nossa música dos séculos XVI e XVII; sobre eles escrevi, designadamente, em 1983, a minha primeira comunicação à American Musicological Society, e o meu primeiro artigo publicado numa revista internacional, no caso o *Journal of the Viola da Gamba Society of America*, e sobre esses mesmos fundos tenho ainda orientado as teses de vários dos meus alunos de doutoramento.

Foi aqui, nos espaços nobres da Faculdade de Direito e da Capela da Universidade, que, juntamente com o mesmo Kastner e com os meus queridos colegas e amigos Manuel Morais e Joaquim Simões da Hora, e com o apoio do saudoso Reitor António Ferrer Correia, organizei em 1978 a primeira edição das Jornadas e dos Encontros de Música Antiga Ibérica. As jornadas trouxeram a Portugal, pela primeira vez, figuras como Jordi Savall e Montserrat Figueras e contribuíram decisivamente para o enraizamento no nosso país das práticas de música antiga historicamente informadas. Os encontros, logo desde esta sua realização inicial em Coimbra, juntaram entre nós alguns dos maiores nomes da musicologia peninsular da época – além do próprio Kastner, Samuel Rubio, José López Calo, Ismael Fernández de la Cuesta, Dionisio Preciado, Lothar Siemens e tantos mais – e abriram novas perspectivas à compreensão e afirmação da história da música portuguesa no contexto ibérico e ibero-americano – esse duplo «complexo histórico-geográfico», para utilizar a expressão feliz de Vitorino Magalhães Godinho, que cada vez mais considero essencial para a sua abordagem.

Tive mais tarde o privilégio de ser convidado, por iniciativa de outra grande pioneira dos estudos musicológicos em Portugal, Maria Augusta Barbosa, a orientar o primeiro doutoramento em Ciências Musicais da Universidade de Coimbra – o de José Maria Pedrosa Cardoso, que foi, por sinal, o primeiro nesta área realizado numa universidade portuguesa e, ao mesmo tempo, a minha primeira orientação doutoral. Em Coimbra participei em júris de mestrado e doutoramento, dei conferências, tomei parte em colóquios e eventos científicos, integrei o grupo de reflexão inicial que haveria de conduzir à criação do actual Colégio das Artes e até fui, em 2005, membro do júri da segunda edição

deste mesmo Prémio Universidade de Coimbra, que muito justamente agraciou então, *ex aequo*, António Hespanha e Luís Miguel Cintra.

Mas o mais importante de tudo é o facto de que sempre aprendi tanto – e continuo a aprender todos os dias – no meu trabalho, com o pensamento e a obra de muitos dos seus docentes e investigadores. Lembro, só a título de exemplo, entre tantos mais que me marcaram, Manuela Tavares Ribeiro, Luís Reis Torgal e Fernando Catroga na história, Carlos Fiolhais na história da ciência, José de Oliveira Barata na história do espectáculo, António Filipe Pimentel e Delfim Sardo nas histórias da arte, ou Rita Marnoto e José Augusto Bernardes nos estudos literários, para não falar do meu querido amigo Frederico Lourenço, cuja magnífica tradução da *Bíblia* grega venho lendo, volume a volume, com o mesmo deleite e proveito com que já tinha lido as da *Iliada* e da *Odisseia*, também elas notáveis.

Por tudo isso, neste meu percurso errante de viandante transdisciplinar – e por vezes solitário –, devo muito à Universidade de Coimbra, e este prémio é, por conseguinte, mais uma dívida – certamente a maior – que com ela contraio. Registo-a e assumo-a, mais uma vez, com a gratidão que se impõe, e, não podendo alguma vez pagá-la na íntegra, só espero que o meu trabalho no futuro nunca venha a desmerecer da confiança que a Universidade de Coimbra agora em mim depositou.

Numa mensagem de felicitações muito tocante que há pouco me enviou, outra boa amiga, a Doutora Maria José Azevedo Santos, terminava com uma frase que me sensibilizou particularmente: «há muito que o consideramos da nossa casa». Esse é um segundo prémio a juntar ao primeiro que agora me é concedido, e ambos me enchem de orgulho.

Muito obrigado.

